

OS IMPACTOS TERRITORIAIS DA MONOCULTURA DA CANA- DE-AÇÚCAR NO PONTAL DO PARANAPANEMA-SP¹

THE IMPACTS TERRITORIAL OF MONOCULTURE SUGARCANE IN THE OF PONTAL PARANAPANEMA-SP

Maria Joseli Barreto²

joselibarreto5@yahoo.com.br

Antonio Thomaz Junior³

thomazjrgeo@terra.com.br

RESUMO

Historicamente marcado por violentos conflitos e disputas em torno da propriedade da terra o Pontal do Paranapanema, localizado no Oeste Paulista, recebeu suas primeiras lavouras de cana-de-açúcar no início da década de 1970, quando emergia no Brasil o Programa Nacional do Álcool. Mas, foi a partir do ano de 2005, que a cultura canavieira tornou-se expressiva na região, juntamente com a implantação de novas unidades agroprocessadoras, vinculadas a grandes grupos empresariais de capital nacional e internacional. Nesse contexto, o presente artigo tem como objetivo apresentar apontamentos e reflexões sobre as estratégias que o capital canavieiro tem utilizado para implantar-se e expandir-se pela região em estudo. Além disso, buscamos analisar os impactos (positivos e negativos), que essa expansão tem trazido para a região, especialmente, aqueles onde estão implantados as agroindústrias canavieiras e seus respectivos canaviais e mão de obra.

PALAVRAS-CHAVE: Agroindústria Canavieira; Território; Pontal do Paranapanema; Trabalho.

ABSTRACT

Historically marked by violent conflicts and disputes about land ownership, the Pontal of Paranapanema, located in the West of São Paulo State, received the first crops of cane sugar in the early 1970s, when it appeared the National Alcohol Program in Brazil. However, it was from the 2005 that the sugarcane cultivation has become significant in the region due to the deployment of new agro-processing units, linked to large corporate groups of national and international capital. In this context, this article aims to provide notes and reflections on the strategies that sugarcane capital is used to deploy and expand throughout the region under study. Furthermore, we analyze the impacts (positive and negative), this expansion has brought of the region, especially, those which are implanted agribusiness sugarcane plantations and their labor.

KEY WORDS: Sugarcane Agribusiness; Territory; Pontal of Parapanema, Labor

¹ O presente artigo tem como principal objetivo expor resultados parciais da pesquisa realizada em nível de Mestrado junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia/UNESP/Presidente Prudente, e do CEGeT, entre os anos de 2010 e 2012, sob a orientação do professor Antonio Thomaz Junior, que contou com apoio financeiro do CNPq.

² Professora da Rede Pública de Ensino do Estado de São Paulo e Mestre em Geografia. Membro do Grupo de Pesquisa “Centro de Estudos de Geografia e Trabalho” (CEGeT).

³ Professor dos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP/Presidente Prudente; Pesquisador PQ-1/CNPq; Coordenador do CEGeT/CEMOSi/OTIM; Membro do Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal de Dourados (UFGD); Editor da Coleção "Geografia e Trabalho no Século XXI"; autor de “Por Trás dos Canaviais os nós da Cana”; “Geografia Passo-a-passo”.

Introdução

A dinâmica canavieira e as relações estabelecidas pelo agronegócio da cana-de-açúcar não se restringe aos limites do município em que está instalada a unidade agroprocessadora. Na verdade, as relações de produção e trabalho, estão além das fronteiras municipais e regionais, pois, o capital canavieiro, assim como todas as esferas do sistema capitalista, opera construindo um emaranhado de relações que permita tanto sua existência quanto sua reprodução.

No âmbito do agronegócio canavieiro, a produção dos canaviais, a contratação de mão de obra e infraestruturas estão inseridos nessa lógica. A cana-de-açúcar, matéria-prima utilizada na produção da unidade canavieira, via de regra, é espacializada/produzida no mínimo em três municípios da região, além do município onde está implantada a unidade agroprocessadora, assim como a contratação de mão de obra que também extrapolam os limites municipais. Os trabalhadores que atuam nas unidades canavieiras, seja no setor rural, industrial ou administrativo, são contratados em diversos municípios da região, e não necessariamente no município que abriga a unidade. Ou seja, as relações estabelecidas pelo capital canavieiro extrapolam as fronteiras municipais e abrangem uma gama de municípios na região.

Nesse contexto, nossa preocupação com o aspecto regional/local torna-se importante na medida em que é necessário entender o “funcionamento da economia a nível mundial e seu rebatimento no território de um país, com a intermediação do Estado, das demais instituições e do conjunto dos agentes da economia, a começar pelos seus atores hegemônicos” (SANTOS 1996 [2008], p. 46).

Para entender esse processo de territorialização/expansão das agroindústrias canavieiras na região em destaque, entendemos ser importante atentarmos inicialmente para os municípios que mantêm em seus territórios as unidades agroprocessadoras de cana-de-açúcar no Pontal do Paranapanema. Contudo, sem deixar de direcionar nosso olhar para os demais municípios da região, que estão nos arredores fornecendo terras para os canaviais, mão de obra e infraestrutura para as unidades agroprocessadoras (os ditos municípios de impacto⁴) que de estão inclusos no raio de ação dessas agroindústrias canavieiras.

⁴ Municípios de impacto é uma expressão utilizada pelo setor canavieiro. Trata-se dos municípios que cercam ou estão próximo do município que a agroindústria está instalada. Alcançando tanto o setor da produção da matéria-prima (canaviais) quanto em seu exército de mão de obra.

Nas relações capitalistas, os impactos (*positivos ou negativos*) não se restringem apenas aos limites deste ou daquele município, uma vez que, sua consolidação estará sempre estruturada em um emaranhado de relações que o subsidiará.

Para Santos (1996), “o conhecimento da totalidade pressupõe, assim, sua divisão (...) pensar a totalidade, sem pensar sua cisão é como se a esvaziássemos de movimento”, assim, estudando inicialmente as partes, (os municípios que contém empresas canavieiras), busca-se compreender as múltiplas relações e estratégias, que o capital canavieiro utiliza para territorializar-se e reproduzir-se, num ambiente marcado pelas disputas em torno do acesso a terra. Nesse cenário, nosso desafio foi buscar compreender as partes desse processo (municípios) inserido em sua totalidade (o Pontal do Paranapanema).

Ao propor a realização de uma análise geral dos impactos que as agroindústrias canavieiras podem trazer para a região do Pontal do Paranapanema, a fim de compreender as estratégias utilizadas pelo capital canavieiro nacional/internacional ao territorializar-se nos referidos municípios, buscamos apreender toda diversidade, complexidade e heterogeneidade que marcam a região do Pontal do Paranapanema na atual conjuntura. Considerando entre outros fatores, as especificidades que caracterizam os diferentes lugares e as articulações da dinâmica local/regional, sem perder de vista a totalidade dos processos que cercam a expansão da cana-de-açúcar na região, num constante movimento que abarca diferentes dimensões (econômicas, sociais, políticas) e as escalas (local– regional – estadual – nacional – global).

Dessa forma, quando propomos analisar a territorialização do agronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema, considerando os municípios que abrigam em seus limites territoriais, unidades canavieiras, também buscamos apreender as relações estabelecidas além das fronteiras.

Partindo do pressuposto que cada agroindústria canavieira implantada opera com a estratégia do *raio de ação*, apreende-se que existem municípios que têm abrigado canaviais de até três agroindústrias. Nesse viés, questionamos – quais os impactos que a implantação/expansão do capital canavieiro tem ocasionado para os municípios da região? Estes municípios têm arcado com os prejuízos que a expansão dessa lavoura ocasiona, mesmo não fazendo uso dos “*possíveis benefícios*” que estes garantem promover?

Diante de tais questionamentos foi apreendido que a territorialização do capital canavieiro tem gerado impactos para a região, e que estes não se restringem apenas aos municípios em que estão instaladas as agroindústrias, vão além, abarcam todos aqueles que

estão envolvidos em seu *raio de ação*⁵. Os impactos/consequências têm atingido além dos municípios que abrigam a planta industrial, os municípios que abrigam os canaviais e a mão de obra contratada.

Assim, entende-se que a inclusão da região do Pontal do Paranapanema na rota do etanol, através da implantação de novas unidades processadoras de cana-de-açúcar e expansão dos canaviais vem apenas atender os objetivos do capital e do Estado, que ambicionam o fortalecimento da matriz energética brasileira, e reconhecimento internacional, quanto à produção de energia limpa e renovável (OLIVEIRA, 2009).

Devido à necessidade de se alcançar tais objetivos, foi observado que nos últimos anos, o território nacional tem sido palco de disputa regionalizada por terras, privilégios, benefícios e isenções entre grupos empresariais canavieiros, assim como, também tem se tornado cenário para novas alianças entre políticos, entidades de classe, capitalistas e latifundiários. O panorama posto é de avanço da atividade agroindustrial canavieira por todo país, especialmente para as áreas novas, terras férteis, relevos planos e com proximidade/disponibilidade de recursos hídricos (THOMAZ JR., 2009).

Frente a esse cenário, buscamos analisar os impactos (positivos e negativos), que essa expansão tem trazido para os municípios da região, especialmente, aqueles onde estão implantados as agroindústrias canavieiras e seus respectivos canaviais e mão de obra, ou seja, raio de ação.

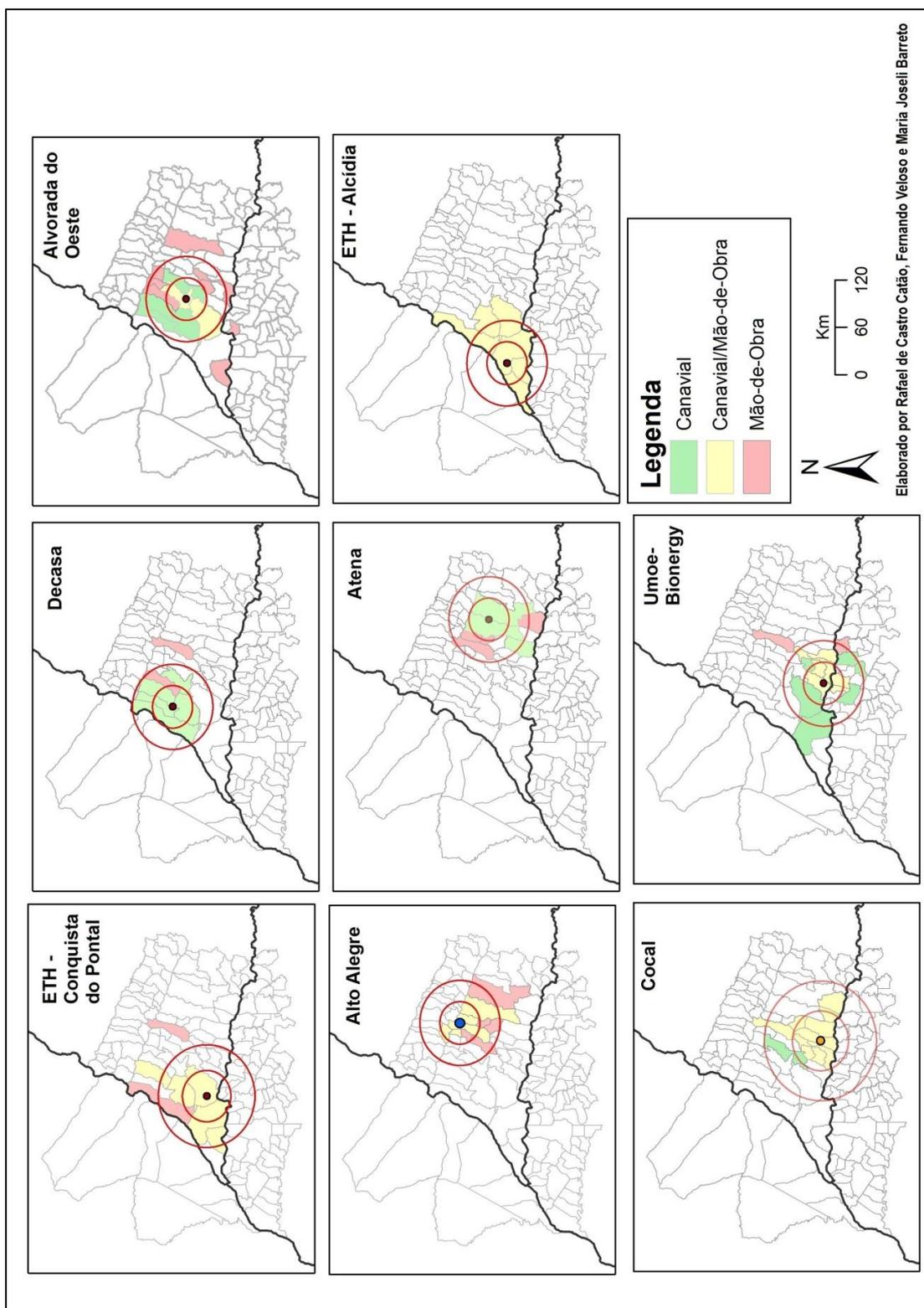
O raio de ação e as estratégias do agronegócio canavieiro

A proposta em discutir os impactos que a territorialização do agronegócio canavieiro tem ocasionado na região do Pontal do Paranapanema a partir do *raio de ação* visa apreender as disputas e as relações estabelecidas pelo capital canavieiro ao implantar-se em determinada região. O *raio de ação*, estabelecido estrategicamente pelo capital, inclui e impacta uma série de outros municípios que estão ao seu redor, seja por meio da implantação de canaviais ou pela contratação de mão de obra.

Nesse caso, é importante esclarecer que o *raio de ação*, é um *artifício*, uma *estratégia* utilizada pelo capital canavieiro para demarcar seu território de implantação das unidades canavieiras e expansão dos canaviais, e assim estabelecer suas relações de poder, além disso, determinar quais serão municípios impactados pela respectiva agroindústria. (Figura 1).

⁵ O raio de ação é uma nomenclatura utilizada no âmbito do setor canavieiro para delimitar seus interesses de expansão

Figura 1 - Raio de Ação das agroindústrias canaveiras na região do Pontal do Paranapanema.



Nessa perspectiva foi observado que esta estratégia, própria do capital canaveiro, tem corroborado com surgimento de novas disputas no âmbito do setor canaveiro

regional. Na verdade, trata-se de disputas intracapital ou entre unidades canavieiras pelo domínio das terras agricultáveis da região.

Desse modo, o *raio de ação/municípios de impactos* estabelecido por cada unidade canavieira implantada na região nos permite observar onde e quais unidades agroindustriais estão inseridas em disputas por terras, além de ser base para a ocorrência de novas estratégias que o capital utiliza para manter-se produzindo e reproduzindo-se⁶.

O prenúncio das disputas pelas terras agricultáveis da região, através da sobreposição de municípios que abrigam canaviais de duas ou três unidades canavieiras é visível na Figura 8. Sendo possível perceber ainda, o domínio do Grupo ETH nas terras do extremo oeste do Pontal do Paranapanema, e como o grupo tem avançado seu círculo de atuação, para áreas de outras unidades (usina Alvorada do Oeste e destilaria Decasa)⁷. Essas disputas pelas terras agricultáveis da região foram evidenciadas por outras unidades canavieiras, as quais ambicionam o domínio territorial e o poder (usina Atena e usina Alto Alegre, grupo Cocal e grupo Umoe Bioenergy).

Contudo, é relevante destacar que estas estratégias diferenciam de região para região. E de modo geral, tendem a ser utilizadas de acordo com as particularidades de cada região e as necessidades do capital. Ou seja, as estratégias utilizadas para a implantação da unidade canavieira, diferem daquelas que se utilizam para manter as unidades agroprocessadoras atuantes no mercado, e para expandir canaviais sob seu *raio de ação/atuação*.

Desse modo, foi possível observar que dentre as estratégias utilizadas pelo agronegócio canavieiro, o discurso da geração de emprego e renda, do desenvolvimento regional/local, se destaca por encontrar-se inserido em todos os processos de territorialização, que amparados nas fragilidades empregatícias de cada região ou município, e valendo-se dos interesses econômicos e políticos que regem o poder público municipal tem implantado novas agroindústrias e expandido seus canaviais pelo território nacional.

Quanto ao processo de implantação das agroindústrias agroprocessadoras em si, foi observado que, estrategicamente o agronegócio canavieiro, personificado na figura de seus representantes, inicialmente realiza levantamento averiguando quais municípios da região atende os pré-requisitos necessários para a implantação da referida unidade. Entre os quais

⁶ Todavia, foi possível perceber que a estratégia do raio de ação/atuação é válida apenas para a abrangência econômica da empresa, e não interfere de maneira direta na procedência da mão de obra utilizada, que está espacializada em toda região, por isso a relativa distância entre a unidade contratante e localidade/residência dos trabalhadores, sobretudo, nas agroindústrias que realizam colheita manual, fato que revela de antemão as dificuldades que estes trabalhadores enfrentam diariamente ao viajar longas distâncias para atuar no corte manual da cana.

⁷ O interesse do grupo ETH sobre as terras/canaviais das agroindústrias Alvorada do Oeste e Decasa foi ressaltado pelo representante do grupo durante entrevista, realizada no dia 22 de março de 2011.

se destaca, disponibilidades de terras, acessibilidade e logística para o escoamento da matéria-prima e produção. Além desse levantamento quanto aos pré-requisitos necessários, o capital canavieiro ainda busca apoio/acordos junto ao poder público municipal (prefeituras), quanto à isenção de impostos, contribuição com serviços de terraplanagem, adequação de estradas, construção de pontes etc.⁸.

Em qualquer região do Brasil, à implantação de uma unidade processadora de cana-de-açúcar está fundamentada em critérios, que lhe favorecerá tanto na instalação quanto na reprodução do capital. Entre os quais se destacam:

- ✓ Disponibilidade de terras (grandes propriedades);
- ✓ Distância média de outras agroindústrias (que viabilize a expansão);
- ✓ Disponibilidade de água;
- ✓ Localização geográfica;
- ✓ Proximidade com eixos rodoviários;
- ✓ Apoio local (prefeituras)
- ✓ Infraestrutura básica (estradas e construção de pontes) para facilitar o escoamento da matéria-prima,
- ✓ Mão de obra especializada disponível para contratação, e realização de cursos profissionalizantes.

No entanto, vale acrescentar que todos os pré-requisitos são de grande relevância, mas o que determina a implantação desta ou daquela agroindústria, neste ou naquele município é a disponibilidades de terras para implantação e expansão de canaviais⁹, pois os demais fatores são passíveis de construção.

No caso da região do Pontal do Paranapanema não é diferente, por meio destes argumentos, estratégias e ideologias, o setor canavieiro tem expandido seus canaviais e conseqüentemente implantado novas agroindústrias por toda a região. A disponibilidade de terras, a baixa concentração de unidades (se comparar com outras regiões do estado de SP), somados a acessibilidade (eixos rodoviários), torna a região atrativa e favorável para o cultivo dessa monocultura e isso tem atraído muitos investidores de todo o Brasil para a região. Ou seja, o Pontal do Paranapanema é o novo alvo para a expansão do agronegócio canavieiro.

⁸ De acordo com representante do poder público de Caiuá, as facilidades, apoio oferecidos/facilitados ao capital canavieiro na maioria das vezes define a implantação de unidade canavieira/indústria. Porque o empresário sempre espera benefícios do município, se o prefeito não facilita, eles se deslocam para o município vizinho. O raio de ação as terras serão as mesmas, já que o município não tem poder sobre a propriedade de ninguém.

⁹ Informações obtidas junto a representantes das agroindústrias canavieiras instaladas e atuantes na região do Pontal do Paranapanema, durante a pesquisa de campo realizada no ano de 2011.

Além disso, foi observado que a aquisição/fusão de unidades falidas, também tem sido muito utilizada como estratégia pelo capital canavieiro, especialmente para se inserir no mercado do etanol/açúcar. Ao adquirir uma unidade já construída, o grupo/empresa evita burocracias iniciais para implantação, como por exemplo, a aquisição de licença ambiental.

A compra de passivos de uma unidade falida é uma prática comum, e tem sido uma boa estratégia, porque a aquisição da licença ambiental dificulta e atrasa o processo de implantação da agroindústria, além de viabilizar o aspecto político. Contudo, o sucateamento dessas unidades, somada a tecnologia ultrapassada, dificulta e inflaciona o processo de reforma, por isso, na maioria dos casos, tem sido mais vantajoso construir uma nova planta.

Além das estratégias utilizadas para implantar as agroindústrias, foi possível apreender que o capital canavieiro, também tem cooperado para que unidades agroprocessadora que porventura estão implantadas em seu *raio de ação* sejam anuladas/suprimidas do território.

Nesse caso, é relevante observar que a estratégia *do raio de ação/município de impactos*, é previamente estabelecida antes da construção da unidade canavieira. Dessa forma, apreende-se que algumas empresas/agroindústrias recém-construída na região, desconsideraram e ainda desconsideraram totalmente as unidades previamente construídas.

O mapeamento dos municípios da região que abrigam as unidades canavieiras, necessariamente acompanhadas pelos *municípios de impactos* e o *raio de ação* de cada unidade, permitiu-nos apreender antecipadamente sinais das disputas em torno do domínio das terras agricultáveis da região.

Nesse sentido, foi observado que no contexto regional, grandes grupos canavieiros com maior poder de barganha têm inflacionado os valores dos arrendamentos, como estratégia/artifícios para “*anular*” as unidades canavieiras que acumulam problemas financeiros, e conseqüentemente incorporar seus arrendamentos.

Dessa forma, os projetos de expansão/crescimento das agroindústrias Pontal do Paranapanema estão cada vez mais direcionados para a monopolização das terras e, que, por conseguinte, assegurara a produção de matéria-prima e reprodução do capital.

Nesse sentido, Thomaz Jr. (2009) ressalta que;

A questão da terra, em nosso país, é, em essência, um elemento estrutural, sendo, por conseguinte, um dos epicentros da estrutura de poder. Por dentro desse processo é que podemos identificar a dinâmica geográfica da luta de classes, os conteúdos estratégicos que se

estabelecem para o campo ou como se imbricam instâncias de poder, produção, distribuição, circulação e consumo, e toda a estrutura produtiva agrária, no Brasil. (THOMAZ JR. 2009, p. 304).

Nesse cenário, ainda incluem-se a histórica pendência jurídica que envolve as terras agricultáveis do Pontal do Paranapanema. Áreas que deveriam ser direcionadas a Reforma Agrária, vem sendo gradativamente dominadas por vastos canaviais, sob o aval do Estado, que atua como avalista de latifundiários/grileiros e do capital canavieiro. Ou seja, a expansão da monocultura da cana-de-açúcar, é mais um artifício, que vem para contribuir com a legitimidade do grilo das terras do Pontal do Paranapanema e na visão de representantes do poder público municipal, desmistificar os estereótipos que o Brasil e o estado de São Paulo têm da região, uma área de conflitos agrários.

Além disso, cabe acrescentar que tais disputas e interesses, tem resultado em um Pontal do Paranapanema politicamente dividido; de um lado – a burguesia agroindustrial canavieira unida aos latifundiários/grileiros “proprietários” das terras, do outro – os trabalhadores numa complexa trama de relações, não somente os camponeses que originariamente compuseram os movimentos sociais atuantes no Pontal do Paranapanema, mas também número crescente de trabalhadores (ex-assalariados), expulsos dos campos e das cidades (THOMAZ JR., 2009).

Nesse contexto, o autor enfatiza;

[...] a legitimação das terras devolutas e improdutivas do Pontal do Paranapanema, por meio da expansão da agroindústria canavieira, via contratos de arrendamento junto aos latifundiários/grileiros, operações de compra e venda, [...] fragiliza os movimentos sociais que reivindicam e lutam pela reforma agrária e política de assentamentos, pois passam a ser controlados pelo capital e a gravitarem na sua órbita de controle e determinação [...] (THOMAZ JR, 2009, p. 59)

Tendo em vista as disputas e expansão do capital canavieiro sob as terras agricultáveis da região, ainda somam-se os financiamentos bilionários com recursos disponibilizados pelo Estado, via BNDES, para construção de novas unidades e renovação de canaviais.

Frente a esse emaranhado de estratégias e disputas estabelecidas pelas relações entre latifundiários/grileiros e capital canavieiro, nos voltamos para os impactos que a expansão do monocultivo da cana-de-açúcar tem trazido para os municípios da região.

No que diz respeito aos *impactos* nos municípios que abrigam as unidades canavieiras, foram elencados tanto pontos positivos como negativos, enquanto que nos municípios que abrigam somente os canaviais foram apontados apenas os prejuízos, comprovando o

descontentamento desses quanto ao avanço da monocultura da cana-de-açúcar sobre as terras do município.

Nesse caso, é relevante ressaltar que esses impactos podem variar de município para município, pois estão relacionados com as necessidades/particularidades de cada município/cidade. Um município com mais infraestrutura, mais possibilidade de emprego para população local, sentirá menos os impactos, do que um município sem infraestrutura adequada e carente em postos de trabalho para população local. Ou seja, os pequenos municípios estão mais vulneráveis e desarticulados, frente ao capital canavieiro, enquanto;

[...] as cidades maiores já se “adequaram” à presença de indústrias e atividades degradantes ao meio ambiente e a sociedade, as pequenas cidades ainda se constituem reféns de algumas poucas indústrias e possuem um padrão de desenvolvimento insustentável que compromete os direitos humanos e ambientais, deixando para a população um legado de falta de perspectivas e comprometendo o que poderia ser o diferencial destas cidades no médio prazo: a qualidade de vida (ÁVILA; ÁVILA, 2007, p. 2).

No Pontal do Paranapanema não é diferente, os municípios/cidades menores se apresentam mais ligados com as unidades canavieiras implantadas em seus limites territoriais. Isso não ocorre naqueles com mais infraestrutura, mais possibilidades e empregos a população local.

Nesse viés, a pesquisa permitiu observar que, quanto menor o município em termos populacionais e do número de emprego formais, maior é sua vulnerabilidade frente ao poder do capital e, maior o valor atribuído à unidade canavieira. Na região do Pontal do Paranapanema isso não é diferente. Temos observado que os municípios menores que abrigam as agroindústrias canavieiras atribuem a estas uma importância desmedida e até exagerada.

Nesse contexto, representantes do setor canavieiro, afiançados pelo Estado amparam-se no discurso da promoção de novos postos de trabalho/emprego, buscam junto aos municípios estabelecer as relações sociais que lhe proporciona a reprodução. Para Oliveira (2009) quando o capital canavieiro se insere na economia local-regional, seu maior objetivo é o estabelecimento de uma aliança de classes (poder público e latifundiários), visando com isso fomentar e proteger seus interesses pautados na expansão da produção e na acumulação de capital.

A falta de emprego foi um dos principais problemas assinalados tanto pelos representantes públicos/prefeitos dos municípios visitados, quanto por sua população local. Para estes, a região é carente de indústrias e empregos para a classe trabalhadora,

nesse caso, a expansão da lavoura da cana-de-açúcar e a implantação de novas empresas canavieiras suprimem estas necessidades.

Diante desse cenário, quando nos voltamos para os impactos ocasionados pela expansão do setor canavieiro, observa-se que as consequências trazidas pela expansão do capital canavieiro não se restringe apenas aos municípios que abrigam as unidades canavieiras, mas, também aqueles que a concentra em suas terras agricultáveis, extensos canaviais.

Os impactos que a territorialização do agronegócio canavieiro ocasiona no Pontal do Paranapanema

É importante salientar que ao enfatizarmos os municípios de impactos, não estaremos restringindo nossa análise apenas aos municípios que abrigam as unidades canavieiras, pois quando verticalizamos nossas atenções às agroindústrias implantadas na região e seu entorno, é possível perceber que a região concentra não apenas municípios que abrigam canaviais, mas, também municípios que se insere nas tramas do capital ao fornecer somente mão de obra às unidades canavieiras.

Em seu discurso, o empresariado do setor sinaliza que a implantação das unidades canavieiras na região proporcionam mais empregos para os trabalhadores e trabalhadoras da região, além de elevar a arrecadação de impostos do município e dinamizar a economia local.

Todavia, contrapondo essa ideia, foi observado que a chegada das unidades canavieiras para o Pontal do Paranapanema também tem trazido uma série de problemas para cidades/municípios da região e para a população em geral. Entre os quais se destaca os impactos na saúde pública dos municípios, elevação de prostituição entre adolescentes, impactos no meio ambiente e no setor imobiliário (aumento dos alugueis).

Entre os municípios pesquisados, os representantes do poder público assinalaram que a deficiência de postos de trabalho (empregos), as disparidades sociais, os conflitos que cercam a posse da terra, são questões que rotulam a região do Pontal do Paranapanema como violenta, e em constante conflito. Ou seja, para estes, a expansão da cana-de-açúcar para a região cumpre duas funções importantes: gera empregos e renda para a população local e ainda contribui para melhorar a imagem que o país tem sobre o Pontal do Paranapanema, uma região conflituosa. (Quadro 1).

Quadro 1 - Relação de impactos advindos da expansão do setor canavieiro no Pontal do Paranapanema

Municípios	Impactos Positivos	Impactos negativos
Marabá Paulista	Aumento da arrecadação de impostos e geração de empregos.	Setor da saúde, imobiliários (aumento nos alugueis).
Martinópolis	Dinamiza o do comércio local e aumento da arrecadação de impostos.	Setor da saúde; impacto no setor imobiliário (aumento dos alugueis); (migrantes - prostituição), danificam as estradas (asfaltos e rurais), queima da palha da cana-de-açúcar e trata-se de uma monocultura.
Mirante do Paranapanema	Dinamiza o do comércio; geração de empregos e aumenta a arrecadação de impostos.	Setor da saúde; assistência social, estradas (rurais e asfalto) e impacto no setor imobiliário (aumento dos alugueis).
Narandiba	Aumenta a arrecadação de impostos e gera empregos e renda.	Não apontou aspectos negativos
Presidente Prudente	Aumenta a arrecadação de impostos, instalação de lojas especializadas, instalação de oficinas especializadas.	Monocultura; danificam estradas (rurais e asfalto) e a queima da palha da cana-de-açúcar.
Sandovalina	Geração de empregos e dinamização do comércio.	Setor da saúde; impacto no setor imobiliário (aumento dos alugueis); (migrantes - prostituição); utilização indiscriminada de agrotóxicos via pulverização aérea; monocultura.
Santo Anastácio	Dinamiza o comércio.	Setor da saúde; assistência social; impacto no setor imobiliário (aumento dos alugueis); migrantes (prostituição), danificam as estradas (asfaltos e rurais), prejudicam as ruas da cidade e a fiação elétrica urbana, queima da palha da cana-de-açúcar e trata-se de uma monocultura.
Teodoro Sampaio	Dinamiza o do comércio; geração de empregos e aumenta a arrecadação de impostos.	Setor da saúde; impacto no setor imobiliário (aumento dos alugueis); (migrante – prostituição), danificação das estradas (rurais e asfaltos), queima da palha da cana-de-açúcar e monocultura.
Regente Feijó	Não apontou pontos positivos.	Setor da saúde; assistência social; impacto no setor imobiliário (aumento dos alugueis); expulsa os produtores familiares do campo; (migrantes - prostituição), estragam as estradas (asfaltos e rurais), queima da palha da cana-de-açúcar e trata-se de uma monocultura.

Fonte: Trabalho de Campo 2011.

Nessa perspectiva, observamos a expansão da cana-de-açúcar na região sobre o aval e financiamento do governo federal e do poder público municipal.

[...] a expansão da cana-de-açúcar se dá sobre áreas de pastagens degradadas e que constituem, no Pontal do Paranapanema, na maioria dos casos, terras griladas, inicialmente pela via dos contratos de arrendamento, exatamente pela insegurança do investimento em terras com pendências jurídicas, mas também de forma crescente para as áreas de lavoura, da agricultura familiar, consumando o fato de que a maior parte das terras férteis e planas já está sob controle do capital. (THOMAZ JR., 2009, p. 263)

O cenário evidencia o fortalecimento das alianças estabelecidas entre Estado, poder público municipal, latifundiários e capital canavieiro, que possibilita não só a expansão de canaviais, mas a instalação novas agroindústrias, sempre embasados no discurso da geração de empregos. Além disso, é relevante destacar que o discurso da geração de emprego, via expansão do capital canavieiro está em todas as partes e não se restringe mais apenas ao setor, o Estado, seu principal fiador, também tem agregado o *marketing* do emprego a cada recurso liberado¹⁰.

No entanto, mesmo existindo um “clima” de euforia, frente ao discurso de geração de empregos proporcionados pelo setor canavieiro, existem ressalvas. Fala-se muito dos empregos proporcionados pelo capital canavieiro, mas as vagas geradas pelas usinas são relativamente poucas, principalmente para a população dos municípios onde estão implantadas as unidades canavieiras.

As novas empresas exigem uma qualificação profissional que o trabalhador local não tem. Sendo assim, restam aos trabalhadores do Pontal do Paranapanema, empregos que não exigem qualificação, ou seja, aqueles com salários mais baixos e, presumivelmente, mais precários, tais como: o trabalho no corte da cana-de-açúcar, bituqueiros, plantio, carpa química, tratos culturais entre outros. São funções em que trabalhadores e trabalhadoras são submetidos a situações precárias de trabalho, com jornadas de trabalho extenuantes e, ambiente de trabalho degradante¹¹.

Ou seja, o emprego trazido pela cana-de-açúcar não garante estabilidade e qualidade de vida ao trabalhador, logo, também não contribui para o desenvolvimento social do município em que está inserida. *A cana-de-açúcar é um engodo.*

¹⁰ Mais detalhes ver: Financiamento do BNDES abre 1,7 mil empregos em São Paulo <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Sala_de_Imprensa/Noticias/2004/20041215_not948.html>. Acessado em 16/01/2012.

¹¹ Entrevista realizada no dia 23 de maio de 2011, junto ao senhor A. F. representante do poder público do município de Regente Feijó.

Na verdade, quando nos voltamos para os municípios da região é possível perceber os impactos sociais e econômicos que o capital canavieiro tem proporcionado, e que frente aos projetos de expansão, a tendência é a intensificação dos problemas. Ressaltando que, estes impactos/prejuízos não se restringem apenas aqueles municípios/cidades que as unidades agroprocessadora estão instaladas, mas também impacta aquele que fornecem a matéria-prima (canaviais) e a mão de obra. Ou seja, os problemas trazidos por uma agroindústria canvieira extrapolam a escala local, e abrangem a escala regional.

Na realidade, estamos frente a um jogo de interesses patrocinados pelo governo federal (via BNDES), e com a garantia de todo o corpo ministerial, representantes do capital agroindustrial canavieiro e setores direta e indiretamente vinculados ao setor energético, bancos internacionais, e grupos interessados na produção, comércio de agrocombustíveis (THOMAZ JR., 2009).

Em meio a tantos discursos de geração de emprego e renda, disputas e alianças encontram-se os trabalhadores e a população, que amargam os impactos e enfrentam os problemas que a expansão do setor canavieiro proporciona.

Nesse viés, Oliveira (2009) ressalta a relevância em atentarmos para o discurso do Estado e do capital, que o agronegócio canavieiro proporciona desenvolvimento local/regional, por que gera emprego e renda aos municípios. Para a autora o setor canavieiro proporciona empregos (diretos e indiretos), porém existe a necessidade de esclarecer que a “maior parte dos empregos gerados é temporário, e traz problemas que podem se estender por muito tempo nos locais onde às novas unidades processadoras estão sendo implantadas”.

Diante da conjuntura de expansão e domínio da monocultura da cana-de-açúcar nos municípios da região, faz-se relevante trazer para o debate, entre os problemas e prejuízos ocasionados pela expansão de canaviais na região do Pontal do Paranapanema, os desgastes das estradas rurais, vicinais intermunicipais, pontes, além das vias urbanas que são frequentemente deterioradas pelos caminhões bitrens e treminhões que circulam transportando a cana-de-açúcar. Diante do tráfego constante de caminhões carregados, existe a necessidade de manutenção.

A queima da palha da cana, também foi sinalizada como um grave problema recorrente da expansão da cana-de-açúcar. Embora esteja sendo extinta de maneira gradativa e existam regras a ser cumprida, o desrespeito por parte de algumas agroindústrias geram grandes danos à sociedade, principalmente na esfera ambiental e da saúde pública. Embora a queima da palha da cana seja inteiramente proibida próximo dos núcleos

urbanos, ainda ocorrem indiscriminadamente, prejudicando o ar das cidades e a saúde da população. Sobre o processo da queima da palha da cana-de-açúcar Roseiro & Takayanagui, (2004) ressaltam que:

[...] este processo acaba interferindo diretamente na saúde da população, pois a combustão da palha da cana-de-açúcar libera poluente e o principal dano é o prejuízo à qualidade do ar, e, conseqüentemente, da saúde, pela excessiva emissão de monóxido de carbono e ozônio, trazendo também danos ao solo, às plantas naturais e cultivadas, a fauna e a população (ROSEIRO & TAKAYANAGUI, 2004, p. 80).

Os autores ainda observam que as queimadas trazem uma série de prejuízos ambientais, entre os quais se destacam; [...] morte de animais e plantas gerando o desequilíbrio ecológico, invadem áreas de nascentes cercadas por vegetação ciliar, abrangem *acidentalmente* ou não as áreas de preservação permanente, destruindo florestas inteiras. Além disso, causam cortes de fornecimento de energia elétrica e impedem a visibilidade em estradas provocando acidentes. (ROSEIRO & TAKAYANAGUI, 2004).

Sobre a expansão do monocultivo da cana-de-açúcar próxima aos núcleos urbanos, é relevante acrescentar que a maioria dos municípios da região não dispõem de leis ou projetos que proíba o cultivo da cana-de-açúcar nas proximidades do núcleo urbano. Nesse caso, foi observado que nos municípios, de Narandiba, Teodoro Sampaio, Santo Anastácio, Caiuá os canaviais estão a poucos metros do núcleo urbano.

O uso intensivo e abusivo de agrotóxicos através da pulverização aérea, também, foi relacionado entre os problemas e prejuízos gerados pela expansão do capital canavieiro na região. A pulverização aérea em canaviais tem prejudicado de forma direta a produção da agricultura familiar.

A problemática dos agrotóxicos e pulverização aérea foi sinalizada como impacto negativo trazido pela expansão da cana-de-açúcar na região, já que a prática utilizada intensamente pelas agroindústrias canavieiras tem ocasionados muitos prejuízos aos assentados que atuam na produção da sericicultura ¹².

Nesse caso, os produtores rurais assentados do município de Sandovalina tiveram suas amoreiras (alimentos para o bicho-da-seda) inutilizadas pela pulverização aérea de canaviais vizinhos aos assentamentos. Nesse caso, é relevante ressaltar que esse ato não

¹² Informações obtidas durante o trabalho de campo realizado no município de Sandovalina nos dias 29 e 30 de junho de 2011.

impactou apenas a produção nos assentamentos, mas também destruiu o trabalho e a produção dos trabalhadores¹³.

Essa é uma das faces perversas da expansão da monocultura da cana de açúcar para a região do Pontal do Paranapanema, os impactos e prejuízos trazidos a produtores assentados produtores da sericicultura, e todos aqueles que por ventura manter alguma produção próxima aos canaviais.

Diante desse acúmulo de problemas e prejuízos proporcionados pelo setor canavieiro, ainda foi observado divergências no âmbito do poder público dos municípios visitados. Ao mesmo tempo em que recriminam a formação predominante de uma monocultura na região, a queimada, os danos/prejuízos causados aos municípios, defendem e apoiam as instalações das unidades canaveiras e expansão dos canaviais no âmbito regional embasados no discurso da geração de emprego.

Nesse caso, entendemos que essa incoerência está pautada nas desigualdades econômicas existentes entre as unidades canaveiras implantadas na região. Os representantes municipais que abrigam agroindústrias enfraquecidas financeiramente, ou que atuam com problemas financeiros, e por várias vezes foram desativadas/reactivadas, mostram-se insatisfeitos com o setor canavieiro. A instabilidade das agroindústrias tem trazido prejuízos a esses municípios e muitas incertezas entre trabalhadores e trabalhadoras.

Ao contrário dos representantes dos municípios que abrigam as novas unidades agroprocessadoras, que mesmo já tendo vivenciado os efeitos nocivos que a construção dessas unidades acarreta, ainda estão sob a euforia da construção e totalmente envolvidos pelo discurso do capital canavieiro (geração de emprego e geração de renda, desenvolvimento local/regional). Na verdade estes representantes ainda não vivenciaram a face perversa do capital canavieiro, a bancarrota, o desemprego.

Diante desse cenário, fica a impressão que mesmo sinalizando os impactos, os problemas que a expansão da cana-de-açúcar ocasiona para a região do Pontal do Paranapanema, todos os argumentos são submergidos no discurso do emprego. Nesse caso, os interesses políticos e econômicos dos municípios estão sempre direcionados a construção de *alianças* com o capital canavieiro.

13 Como resistência a ação do capital canavieiro os produtores assentados, os quais tiveram sua produção de sericicultura prejudicada pela pulverização aérea dos agrotóxicos usados nos canaviais de agroindústrias das adjacências (Umoe Bioenergy e Alto Alegre/Unidade Santo Inácio PR), solicitaram uma Audiência Pública através da Casa da Agricultura do município de Sandovalina, numa tentativa de debater a intensidade dos problemas que a expansão do setor canavieiro tem trazido para a região, e ainda recuperar os prejuízos com a produção devastada. Mais detalhes ver BARRETO, 2012.

Considerações finais

O atual cenário em que estão inseridas as agroindústrias canavieiras da região do Pontal do Paranapanema é de disputas. Os projetos de expansão/crescimento das agroindústrias estão cada vez mais direcionados para ampliação das terras que se cultivam os canaviais, fato que tem ocasionado novas disputas pelas terras agriculturáveis da região – nesse caso, trata-se de disputas internas ao setor canavieiro.

Na verdade, a expansão do agronegócio canavieiros, personificados nos grandes grupos tem sinalizado para o surgimento de novas disputas no âmbito do Pontal do Paranapanema. As unidades agroprocessadoras, personificados na figura de seus dirigentes/diretores tem disputado entre si, via arrendamento ou compra as terras agricultáveis da região em estudo. E para alcançar seus objetivos o agronegócio canavieiro tem se utilizado de estratégias, que lhes permitem tanto a territorialização como a expansão. Assim observamos que dentre estas estratégias destaca-se principalmente, o discurso da geração de emprego e desenvolvimento local/regional e a aquisição/fusão de unidades falidas.

O histórico de ocupação do Pontal do Paranapanema já é demarcado por intensas disputas em torno da propriedade da terra, fato que ocasionou intenso massacre contra os povos nativos da região e a expansão do agronegócio canavieiro na região tem intensificado os conflitos/disputas em torno da propriedade das terras e provocado significativas transformações na paisagem regional.

Amparados pelo Estado o agronegócio canavieiro estende seus canaviais e território, desconsiderando a presença dos movimentos sociais que lutam pelas terras, armam-se de estratégias para avançar para terras de outras unidades.

Os resultados são as transformações ocasionadas na paisagem regional. Num intervalo de dez anos, o setor canavieiro já proporcionou mudanças expressivas tanto no âmbito das agroindústrias canavieiras, quanto na paisagem, frente à disseminação de extensos canaviais. As falências, reformas, incorporações e implantação de novas agroindústrias, retiradas de unidades antigas somadas aos avanços das lavouras da cana-de-açúcar, são os principais responsáveis por estas modificações – municípios que destinavam suas terras a pastagens/pecuária ou a outras lavouras como milho, soja, amendoim, feijão e outras, tem sido gradativamente tomadas pela produção da cana-de-açúcar.

E estas transformações têm acarretado uma série de impactos, os quais não se restringem apenas aos municípios em que estão instaladas as unidades agroprocessadoras

(agroindústrias), vão além, abarcam todos aqueles que estão envolvidos em seu *raio de ação*. Ou seja, os impactos/consequências têm atingido não apenas os municípios que abrigam a planta industrial, mas também aqueles que abrigam os canaviais e a mão de obra.

Nesse sentido, o desenvolvimento da pesquisa, permitiu-nos apreender a intensidade dos impactos *positivos e negativos* que expansão do agronegócio canavieiro tem acarretado para os municípios da região, seja aqueles que abrigam as unidades canavieiras ou apenas abrigam apenas os canaviais, e como estes têm sido confrontados pelos municípios da região (representantes do poder público municipal e a população em geral).

De modo geral, percebe-se que os prejuízos existem, e os municípios, personificados na figura de seus representantes públicos tem consciência, sente-se incomodados, mas não se posicionam de maneira contrária a unidade, sobretudo aqueles que abrigam as grandes unidades, os grandes grupos.

Embora, tenham ressaltados os problemas trazidos para as estradas municipais (rurais e vicinais intermunicipais), devido o tráfego intenso de caminhões pesados, prejuízos nas pequenas propriedades através da pulverização aérea, como ocorreu em Sandovalina com os produtores assentados da sericicultura entre outros, a postura é de concordância.

De modo geral, notamos que no âmbito municipal, os representantes do poder público/prefeitos preferem associar os impactos negativos que a expansão do agronegócio canavieira ocasiona para o município e região a presença do trabalhador migrante que atraídos pelo trabalho da cana-de-açúcar alojam-se nas cidades da região, trazendo então prejuízos, através do consumo da infraestrutura local. Como o aumento nos gastos com o setor da saúde, inflação no valor dos alugueis, além de atribuírem a esses trabalhadores o aumento prostituição e alcoolismo local. Ou seja, para o poder público local/regional responsabilizam os trabalhadores migrantes por grande parte dos problemas ou impactos negativos que a expansão da cana-de-açúcar acarreta para região.

Além disso, vale acrescentar, que mesmo sinalizando os pontos negativos que o setor canavieiro acarreta na região, os representantes do poder público dos municípios sempre justificam tais problemas pelo viés da promoção dos novos postos de trabalho. Questão que na verdade pode ser atribuída a relação de subserviência estabelecida pelos municípios, personificados na figura dos prefeitos frente à implantação das unidades canavieiras.

Outro ponto observado, é que quanto menor o município (população/postos de trabalho formal), maior sua vulnerabilidade diante do poder do capital ou maior a importância atribuída à unidade agroindustrial canavieira.

É nesse contexto, que permeia o discurso do emprego, uma das principais estratégias mais utilizadas pelo capital canavieiro para territorializar-se na região em destaque.

A partir do momento que a insuficiência de postos de trabalho é sinalizada pela população local e pelos representantes públicos/prefeitos dos municípios visitados, como o principal problema do Pontal do Paranapanema, abrem-se as portas para o capital, personificado em agronegócio canavieiro implantar suas novas unidades agroprocessadoras, e conseqüentemente seus canaviais, sob o discurso que as novas usinas vêm para suprir a carência de emprego da região, além de proporcionar o desenvolvimento local/regional.

E esse discurso que a implantação de novas unidades canavieiras na região vem para resolver a problemática do emprego na região, aufere respaldo frente à necessidade que o homem tem do trabalho. Ideologicamente, o trabalho é posto como fator que proporciona ao *ser trabalhador* sua subsistência, que lhe condiciona a vida e que lhe inclui na sociedade. Portanto, é essa importância e necessidade que o homem confere ao trabalho, que permite ao capital não só expandir-se pela região em estudo determinando suas relações de poder, mas também apropriar-se da força de trabalho humana, e conseqüentemente dominar os meios de produção subjugando tudo e todos.

Referências

ALVES, G. **O novo (e precário) mundo do trabalho:** Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

ANTUNES, R.; SILVA, M. A. M. [Org.] **O avesso do trabalho.** São Paulo: Expressão Popular, 2004. 416 p.

ANTUNES, R. (org). **A dialética do trabalho.** 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007, 195 p.

ÁVILA, M. L. de; ÁVILA, S. R. S. A. de. **Cidades, agronegócio e sustentabilidade. Seminário de População, Pobreza e Desigualdade.** Belo Horizonte MG - (realizado entre os dias 05 a 07 de novembro de 2007).

AZEVEDO, J. R. N. **Configuração do capital canavieiro no Pontal do Paranapanema e Alta Paulista:** As tramas territoriais do agronegócio em questão. Presidente Prudente/UNESP, 2005. (Monografia de Bacharelado).

_____ **Expansão da agroindústria canavieira no Mato Grosso do Sul:** Relação capital x trabalho e reconfiguração espacial. Dourados – MS: Universidade Federal da

Grande Dourados/Faculdades de Ciências Humanas (Dissertação de Mestrado em Geografia), 2008.

BARRETO, M. J. **Dinâmica Geográfica da Expansão da Agroindústria Canavieira no Pontal do Paranapanema e os Desdobramentos para o Trabalho**: Os casos da Usina Alvorada do Oeste e da Destilaria Decasa. Presidente Prudente/UNESP, 2008. (Monografia de Bacharelado).

_____. **Territorialização das Agroindústrias Canavieiras no Pontal do Paranapanema e os Desdobramentos para o Trabalho/ Maria Joseli Barreto. - Presidente Prudente: [s.n], 2013**

BNDES. **Financiamento do BNDES abre 1,7 mil empregos em São Paulo** <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Sala_de_Imprensa/Noticias/2004/20041215_not948.html>. Acessado em 16/01/2012.

BNDES. **BNDES apoia com R\$ 13,7 milhões usina de açúcar que criará 200 empregos em SP**. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/noticias/20040119_not734.html>. Acesso em dezembro de 2011.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Informações para o sistema público de emprego e renda/Dados por município**. Disponível em: <<http://perfildomunicipio.caged.gov.br/ISPER>>. Acesso em 08/08/2010. Acessado em julho de 2010

BRAY, S. C., FERREIRA, E. F., RUAS, D. G. G. **As políticas da agroindústria canavieira e o Proálcool no Brasil**. Marília: UNESP/Marília, 2000.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

COSTA, R. H, da. **O mito da desterritorialização**: Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2007.

FELICIANO, Carlos Alberto. **Território em disputa: Terras (re) tomadas, (Estado, propriedade da terra e luta de classes no Pontal do Paranapanema)**. São Paulo: Universidade de São Paulo. (Tese de Doutorado em Geografia). XXX f. 2009.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária**. São Paulo: Nova Cultural. 1986.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – **Censo Demográfico (2010)**. Rio de Janeiro: IBGE.

LEITE, J. F. **A ocupação do Pontal do Paranapanema**. São Paulo: Hucitec/Fundação Unesp, 1998. [1981]

LIMA, E. C. **Os movimentos sociais de luta pela terra e pela reforma agrária no Pontal do Paranapanema (SP)**: dissidência e dinâmica territorial. Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista/Faculdade de Ciências e Tecnologia, (Dissertação de Mestrado em Geografia), 132 f. 2006.

LUKÁCS. G. **O trabalho**. Tradução de Ivo Tonet: UFA, s.d.75p. Título Original: Il Lavoro. In: Per una ontologia dell'Essere Sociale. 1984.

MARTINS. A. **Usina interrompe moagem e 70 são demitidos em Anastácio**. Jornal Imparcial. Presidente Prudente. 11 de abril de 2012. Disponível em: <<http://www.imparcial.com.br/site/conteudo-ver.php?categoria=24&codigo=877>>. Acessado em 18 de abril de 2012.

MÉSZÁROS, I. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2007.

NOVAES, J. R.; ALVES, F. **Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)**. São Paulo: EDUFSCar, 2007, p.55-86.

NOVAES. J. R. Trabalho nos canaviais: os jovens entre a enxada e o facão. **Revista Ruris**. Vol. 3, Número 1. 2009.

OLIVEIRA, A. M. S. de. **Reordenamento territorial e produtivo do agronegócio canavieiro no Brasil e os desdobramentos para o trabalho**. Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista/Faculdade de Ciências e Tecnologia, (Tese de Doutorado em Geografia). 566f. 2009.

PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. **Destilaria Santa Fany Ltda**. Elaborado em atendimento ao artigo 53 da Lei 11.101/2005, para apresentação nos autos do processo nº 1526/09, em trâmite na Vara Única da Comarca de Regente Feijó – SP. Regente Feijó, 2010. Disponível em: <<http://www.carmonaefaria.com.br/processos/santafany/planorecuperção>>. Acessado 24 de março de 2011.

PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. **Decasa Açúcar e Álcool Ltda.** Elaborado em atendimento ao artigo 53 da Lei 11.101/2005, para apresentação nos autos do processo nº.482.01.2010, em trâmite na Vara Única da Comarca de Presidente Epitácio – SP. Presidente Venceslau. 2010. <<http://www.carmonaefaria.com.br/processos/santafany/planorecuperção>>. Acessado 24 de março de 2011

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. Ática: São Paulo, 1993.

RIBEIRO, H.; FICARELLI, T. R. A. Queimadas nos canaviais e perspectivas dos cortadores de cana-de- -açúcar em Macatuba, São Paulo. **Saúde e Sociedade**, v. 19, n. 1, p. 48-63, 2010.

ROSEIRO, Maria Nazarethl, TAKAYANAGUI, Ângela Maria Magosso. **Meio ambiente e poluição atmosférica: o caso da cana-de-açúcar**. In: Rev. Saúde. Vol. 30 (1-2): 76-83, 2004. Disponível in: <http://w3.ufsm.br/revistasaude/2004/30%281-2%2976-83,%202004>.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. 6ª ed. São Paulo: Edusp, 2008 [1988].

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 6ª ed.

São Paulo: Edusp, 2008 [1996].

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo. **DIPAM**. Declaração do Índice de Participação dos municípios. Disponível em <<http://www.fazenda.sp.gov.br/dipam>>. Acesso dia 18 de janeiro de 2011.

SCHEIDL. H. A.; SIMON. A. T. Avaliação do processo de terceirização do corte mecanizado, carregamento e transporte de cana-de-açúcar. **Revista de Ciência & Tecnologia**. Vol. 17, n. 33, p. 103-118, jan./jun. 2012. Disponível em <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/cienciatecnologia/issue/>>. Acesso em 12 de agosto de 2012.

SILVA, Anderson Antonio; FERNANDES, Bernardo Maçano, VALENCIANO, Renata Cristiane. **Rist – Relatório de Impactos Socioterritoriais: Desenvolvimento Territorial e políticas públicas no Pontal do Paranapanema**. Presidente Prudente – SP: 2006. Ed: Unesp.

SILVA, M. A. M. A face oculta do trabalho. Migrantes nas usinas canavieiras de São Paulo. **Revista Latino americana de Estudios del Trabajo**. Montevideu, n. 17, (2005 b).

SINGER. P. **Globalização e Desemprego: diagnóstico e alternativas**. São Paulo. Editora Contexto. 2003.

SOUZA, S. M. R. de. **Agronegócio e os discursos hegemônicos do capital**. Presidente Prudente. Faculdade de Ciências Tecnologia/Universidade Estadual Paulista. (Relatório de Qualificação-Doutorado), 2010.

_____. **A Emergência do Discurso do Agronegócio e a Expansão da Atividade Canavieira: Estratégias Discursivas para Ação do Capital no Campo**. Presidente Prudente. Faculdade de Ciências Tecnologia/Universidade Estadual Paulista. (Tese de Doutorado em Geografia), 2011.

THOMAZ JR., A. **Por trás dos canaviais os “nós” da cana** (A relação capital X trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista). São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002.

_____. **Dinâmica Geográfica do Trabalho no Século XXI: (Limites Explicativos, Autocrítica e Desafios Teóricos)**. 503p. Tese (livre-docência). Presidente Prudente - Faculdade de Ciências e Tecnologia / Universidade Estadual Paulista, 2009.

_____. Disputas Territoriais e Grilagem no Pontal do Paranapanema (SP) (Histórico de Lutas, Marco de Violência e Futuro Incerto!). **Relatório Direitos Humanos no Brasil**. 12^a Edição. São Paulo, 2011a. Disponível em: http://www.social.org.br/DH_2011_ALTA.pdf.

_____. THOMAZ JUNIOR, A. Gestão e Ordenamento Territorial da Relação Capital-Trabalho na Agroindústria Canavieira, no Brasil. Uberlândia, **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**. V.7, n.11, 2011b.

_____. THOMAZ JUNIOR, A. Os Desafios Rumo a um Projeto para o Brasil! (Intemperismo do Trabalho e as Disputas Territoriais Contemporâneas). São Paulo, **Revista da ANPEGE**, V.7, Nº 1, 2011c. p. 307-329.

THOMAZ JUNIOR, A.; LEAL, A. C.; GUIMARÃES, R. B.; LUCHIARI, A. Conflitos Territoriais, Relações de Trabalho e Saúde Ambiental no Agrohidronegócio Canavieiro no Pontal do Paranapanema (SP). (Anais). **XII Colóquio Internacional de Geocrítica**. Bogotá, 2012. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/comunicaciones/56.pdf>

UDOP. União dos Produtores de Bioenergia. Estatísticas/safras. Disponível em: <<http://www.udop.com.br/index.php?item=safra>>. Acessado em 22 de abril de 2010.

UNICA – União da Indústria da Cana-De-Açúcar. **Diesel de cana chega ao transporte urbano de São Paulo**. <<http://www.unica.com.br/noticias/show.asp?nwsCode=%7B496FE702-C724-47B4-8232-D9A67DA4AD39%7D>>. Acessado em 06 de dezembro de 2011.